



CONVÊNIO N.º 02/2014 DE 02 DE ABRIL DE 2014.

**“TERMO DE CONVÊNIO QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE NOVA ITABERABA - SC E A ASSOCIAÇÃO ACADÊMICA DE NOVA ITABERABA”.**

**CONVÊNIO** que entre si celebram o **MUNICÍPIO DE NOVA ITABERABA**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ/MF N.º 95.990.131/0001-70, com sede Administrativa na Rua José Marocco, 2.226 – Centro, nesta cidade de Nova Itaberaba –SC, através do Prefeito Municipal Senhor **ANTONIO DOMINGOS FERRARINI**, Carteira de Identidade N.º 350.331, CPF N.º 132.337.699-20, doravante denominado **CONCEDENTE** e a **ASSOCIAÇÃO ACADÊMICA DE NOVA ITABERABA - AANI**, entidade sem fins lucrativos, inscrita no CNPJ/MF N.º 05.084.155/0001-77, com sede na Avenida Progresso, s/n, centro, nesta cidade de Nova Itaberaba - SC, neste ato representado pela sua Presidente a Senhora **ANGELICA CARARO**, brasileira, maior, portadora do CPF sob nº 097.774.919-30, e da C.I de nº 5.691.454 SESP/SC, doravante denominada **CONVENENTE** nos termos da Lei Municipal 958/2013 de 11 de Março de 2013, e Decreto regulamentador nº 110/2014, de 31 de Março de 2014, resolvem, por mútuo acordo, celebrar o presente Convênio, de acordo com as cláusulas e condições que seguem:

#### **CLÁUSULA PRIMEIRA - DO FUNDAMENTO LEGAL**

1.1 - O presente convênio de cooperação financeira, fundamenta-se no Artigo 79, inciso XVII da Lei Orgânica Municipal de 27.09.95; Lei Federal N.º 8.666/93 de 21 de junho de 1993, atualizada pela Lei Federal N.º 8.883 de 08 de junho de 1994, e Lei Municipal nº 958/2013 de 11 de Março de 2013 e Decreto regulamentador nº 110/2014, de 31 de Março de 2014.

#### **CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO**

2.1 - O presente convênio objetiva o repasse financeiro por parte da **CONCEDENTE** à **CONVENENTE**, que terá o fim específico de custear as despesas com transporte de acadêmicos do município que frequentam curso superior nas instituições de ensino da região, bem como alunos que frequentam cursos técnicos profissionalizantes com duração superior a 2 (dois) anos, de acordo com o art. 2º da Lei 958/2013.

#### **CLÁUSULA TERCEIRA – DAS OBRIGAÇÕES DOS PARTICIPES**

3.1 – O **CONCEDENTE** se obriga a:

- a) Repassar a **CONVENENTE** o valor mensal de R\$ 2.375,00 (dois mil e trezentos e setenta e cinco reais), em 08 (oito) parcelas, que serão depositadas no Banco SICOOB



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**MUNICÍPIO DE NOVA ITABERABA**  
**Administrativo**

MAXI CREDITO, Ag 3069, Conta Corrente 39.347-9, conforme cronograma de desembolso que segue:

N.º da parcela	Data do pagamento	Valor (R\$)
01	29/04/2014	2.375,00
02	27/05/2014	2.375,00
03	01/07/2014	2.375,00
04	29/07/2014	2.375,00
05	02/09/2014	2.375,00
06	30/09/2014	2.375,00
07	28/10/2014	2.375,00
08	02/12/2014	2.375,00
	<b>TOTAL</b>	<b>R\$ 19.000,00</b>

- b) Realizar, a conta de dotações orçamentárias, as despesas necessárias ao atendimento do objeto do presente Convênio;
- c) Fiscalizar a aplicação dos recursos repassados;
- d) Publicar o extrato do presente Convênio no Mural Público do Município e no site oficial do Município;
- e) Exigir a Prestação de Contas;

**3.2 – A CONVENENTE se obriga a:**

- a) Aplicar os recursos recebidos nos objetivos conveniados e nas suas finalidades estatutárias, especialmente em custear as despesas com transporte de acadêmicos do município que frequentam curso superior nas instituições de ensino da região e de alunos que frequentam cursos técnicos profissionalizantes com duração superior a 2 (dois) anos;
- b) Movimentar os recursos na conta bancária nº 39.347-9, agência nº 3069 do Banco Sicoob Max Credito, deste município, específica e vinculada ao presente Convênio, através de cheques nominais, extraindo cópias dos mesmos;
- c) Prestar conta segundo as diretrizes da Lei nº 4.320/64 e Art. 44 da Resolução TC 16/94.
- d) Recolher em conta bancária nº 378943-8, agência 5208-6, do Banco do Brasil, deste município de titularidade do **CONCEDENTE** os valores porventura não empregados pela **CONVENENTE** no objeto do Convênio de acordo com Art. 48 da Resolução TC 16/94.
- e) A sujeitar-se aos dispositivos da Lei de Licitações, conforme disposto na Lei nº 8.666/93.

**CLÁUSULA QUARTA – DA VIGÊNCIA DO CONVÊNIO**

4.1 – O presente Convênio terá vigência de 01 de abril de 2014 a 31 de dezembro de 2014.



**CLAUSULA QUINTA – DO VALOR GLOBAL DO CONVÊNIO**

**5.1 – O VALOR GLOBAL A SER REPASSADO PELO CONCEDENTE À CONVENIENTE É DE R\$ 19.000,00 (DEZENEVE MIL REAIS) SENDO A LIBERAÇÃO DAS PARCELAS CONFORME CLAUSULA TERCEIRA LÍNEA “A”.**

**CLÁUSULA SEXTA – DO CONTROLE DA EXECUÇÃO**

6.1 – O Município através do responsável pelo programa de governo ou ação deste Convênio, possui a prerrogativa legal de controlar a sua execução.

**CLÁUSULA SÉTIMA – DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS**

7.1 – As despesas decorrentes do presente Convênio correrão por conta da dotação orçamentária referente ao exercício de 2014 nos seguintes elementos de despesa:

Órgão	Secretaria Municipal de Educação
Projeto Atividade	2.011 – Apoio Ensino Superior
Sub-função	364 – Ensino Superior
Elemento	33.50.41.99
Recurso	01.00 – Recursos Ordinários

**CLAUSULA OITAVA – DA PRESTAÇÃO DE CONTAS**

8.1 – É obrigatoriedade da CONVENIENTE apresentar a prestação de conta dos recursos recebidos observará o seguinte:

a) O prazo para apresentação da prestação de contas, contado do recebimento dos recursos financeiros pelo conveniente, é de:

I – 45 (Quarenta e cinco dias) a partir do recebimento de cada parcela, sendo que a última parcela não poderá ultrapassar o exercício vigente.

*§ 1º - Nos limites do inciso I do caput, o prazo para a prestação de contas independe da vigência do convenio.*

§ 2º - A prestação de contas de cada parcela deverá de ser efetuada separadamente.

b) As prestações de contas de recursos antecipados, compostas de forma individualizada de acordo com a finalidade da despesa e no valor da parcela, conterão os seguintes documentos, no que couber, conforme o objeto do convênio:

I – extrato da conta bancária específica abrangendo a data do recebimento da parcela até o ultimo pagamento efetuado e conciliação bancária, se for o caso;

II – comprovante de recolhimento do saldo não aplicado do valor do convênio na forma da Clausula Terceira, item 3.2, linha “d”.

III – balancete de Prestação de Contas de Recursos Antecipados – Anexo I (TC-28) devidamente preenchido e assinado pelo responsável pela prestação de contas e pelo responsável pela instituição conveniente;

IV – documentos comprobatórios das despesas realizadas, tais como notas fiscais, recibos entre outros em nome do conveniente;

V – fotocópia dos cheques ou ordens bancárias emitidas e recibos originais de depósitos;



VI – declaração do responsável, no documento comprobatório da despesa, certificando que o serviço foi prestado em conformidade com as especificações nele consignadas;

VII – declaração firmada pelo responsável do conveniente, atestando o recebimento, a aplicação e o encaminhamento ou entrega da prestação de contas do valor do convênio – Anexo II.

§ 1º - Os documentos referidos neste artigo serão mantidos em arquivo no próprio local em que contabilizados, à disposição dos órgãos de controle interno e externo, pelo prazo de 5 (cinco) anos contados a partir da aprovação da prestação de contas, do gestor da entidade concedente, relativa ao exercício da concessão.

§ 2º - A documentação ficará arquivada nas dependências do conveniente, pelo prazo fixado no parágrafo anterior, na hipótese de serem utilizados serviços de contabilidade de terceiros.

§ 3º - A prestação de contas deverá ser apresentada de forma organizada, com folhas numeradas e rubricadas;

c) Ofício de encaminhamento ao CONCEDENTE.

#### **CLAUSULA NONA – DA RESCISÃO DO CONVÊNIO**

9.1 – A CONCEDENTE e a CONVENIENTE poderão propor, a qualquer tempo, rescisão do presente convênio, se ocorrer comprovado adimplemento de quaisquer de suas Cláusulas e condições, pela superveniência de normas legais ou eventos que o tornem material e formalmente inexecutável, ou, ainda, o mútuo consenso das partes.

#### **CLAUSULA DÉCIMA – DA DEVOLUÇÃO DOS RECURSOS FINANCEIROS**

10.1 – O saldo não utilizado do valor do Convênio deverá ser devolvido pela CONVENIENTE na forma da Clausula Terceira, item 3.2, linha “d”.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS OBRIGAÇÕES**

11.1 – É proibido à CONVENIENTE repassar os recursos financeiros recebidos a outras entidades de direito público ou privado;

11.2 – É vedado ainda:

- a realização de despesa a título de taxa de administração, de gerência ou similar;
- a alteração do objeto do Convênio;
- a utilização dos recursos em finalidades diversas da estabelecida neste instrumento, ainda que em caráter de emergência;
- a realização de despesa em data anterior ou posterior a vigência do presente Convênio;
- a realização de despesas com taxas bancárias, multas, juros ou correção monetária, inclusive referentes a pagamentos ou recolhimentos fora dos prazos e manutenção de contas ativas;
- a transferência de recursos para igrejas e cultos religiosos.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA APROVAÇÃO DA MINUTA**

12.1 – A minuta do presente Convênio foi aprovada pela Assessoria Jurídica deste Município, nos termos do parágrafo único do artigo 38 da Lei nº 8.666/93, conforme visto abaixo.



**CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DO FORO COMPETENTE**

13.1 – Fica eleito o Foro da Comarca de Chapecó, Estado de Santa Catarina para dirimir quaisquer dúvidas ou controvérsias resultantes do presente Convênio, com renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem acordes as partes, lavrou-se o presente instrumento em 03 (três) vias de igual teor e forma, assinado pelos seus representantes, juntamente com as testemunhas abaixo.

**NOVA ITABERABA - SC, 02 de Abril de 2014.**

---

**ANTONIO DOMINGOS FERRARINI**  
*Prefeito Municipal*

---

**ANGÉLICA CARARO**  
*Presidente*

---

**JUCÉLIA DE SOUZA**  
*CPF: 5.407.722-2*

**TESTEMUNHAS:**

---

**VALTER TELÓ**  
*CPF nº 732.340.289-15*

---

**JAIMIR ANTONO LUPATINI**  
*CPF nº 024.364.109-50*

---

NOME:  
*CPF nº*

---

NOME:  
*CPF nº*

**VISTO DA ASSESSORIA JURÍDICA**

*O presente contrato cumpre os requisitos exigidos pela Lei 8.666/93, o dou como aprovado.*

---

**MAURO CESAR RIBEIRO DOS SANTOS**  
*Procurador Municipal*  
*OAB/SC - 23.347*



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**MUNICÍPIO DE NOVA ITABERABA**  
**Administrativo**

**ANEXO I**

**Anexo TC-28**

ESTADO DE SANTA CATARINA

**ASSOCIAÇÃO ACADÊMICA DE NOVA ITABERABA - AANI**

**BALANCETE DE PRESTAÇÃO DE CONTAS DE RECURSOS ANTECIPADOS**

Exercício de 20XX

**PROJETO/ATIVIDADE: 2.011 – Apoio Ensino Superior**

**ORDENADOR DA DESPESA: ANTONIO DOMINGOS FERRARINI**

**ENTIDADE BENEFICIADA: Associação XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX**

**ENDEREÇO: XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX CEP: 89818-000**

**RESPONSÁVEL: XXXXXXXXXXXX CPF: XXXXXXXXXXXX**

**NOTA DE EMPENHO: XXXXXXXXXXXX DATA: XXXXXXXXXXXX VALOR R\$ XXXXXXXXXXXXXXXX**

**HISTORICO FIEL DA FINALIDADE:**

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

Documento			HISTÓRICO	Receb.	Pgtos.
Ch. nº.	Data	Doc. nº.		R\$	R\$
<b>Totais de Recebimentos e Pagamentos -----</b>					
--- >				XX	XXXXX

**Saldo do Valor recebido ----- > R\$ 0,00**

**NOVA ITABERABA -SC**  
**Em, XX de XXXXXXXX de 20XX**

.....  
**Presidente da Associação**



ANEXO II

**ASSOCIAÇÃO ACADÊMICA DE NOVA ITABERABA – AANI**  
**CNPJ: 05.084.155/0001-77**  
**Avenida Progresso, S/N – Centro**  
**Nova Itaberaba – SC**  
**CEP 89818-000**

---

*DECLARAÇÃO DE RESPONSABILIDADE*

**Declaro, para os fins previstos na Lei Municipal 958/2013 de 11 de março de 2013 e Convênio 02/2014 de 01 de Abril de 2014, a responsabilidade pelo recebimento, pela aplicação na forma avançada, bem como pela prestação de contas dos recursos financeiros oriundos do Convênio.**

**E por ser a expressão da verdade, firmo a presente Declaração.**

**Nova Itaberaba – SC, 02 de Abril de 2014.**

---

**ANGÉLICA CARARO**  
**CPF: 097.774.919-30**  
**Presidente**

---

**JUCÉLIA DE SOUZA**  
**CPF: 5.407.722-2**  
**Tesoureira**